

CAPITALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: REFLEXÕES E APONTAMENTOS

CAPITALIZATION OF URBAN SPACE: REFLECTIONS AND NOTES

CAPITALIZACIÓN DEL ESPACIO URBANO: REFLEXIONES Y NOTAS

Felipe Alan Santos¹

matheus.buttler@unesp.br

Alan Nunes Araújo²

alanaraujo@ufpa.br

Resumo: Ao longo da história, o sistema capitalista tem constantemente buscado expandir suas margens de lucro. Neste contexto, a produção espacial nas cidades transformou-se em uma mercadoria. A lógica imobiliária capitalista resulta em uma pronunciada fragmentação e segregação espacial. O objetivo deste artigo é explorar conceitualmente os complexos processos de produção do espaço imobiliário sob a ótica capitalista, examinando seus impactos na configuração espacial urbana. A metodologia envolveu um levantamento bibliográfico em periódicos científicos. Conclui-se que a especulação imobiliária, junto à lógica de reprodução do capital, conduz à fragmentação, segregação e apropriação desigual do espaço urbano. Tal dinâmica é evidente em diversas metrópoles globais, particularmente em países em desenvolvimento, onde se observa uma "lógica perversa na formação do espaço urbano" (SOUZA, 2005), incluindo o contexto brasileiro.

Palavras-chaves: Capitalismo, Imobiliário, Segregação.

Abstract: Throughout history, the capitalist system has constantly sought to expand its profit margins. In this context, spatial production in cities has become a commodity. The capitalist real estate logic results in pronounced spatial fragmentation and segregation. The objective of this article is to conceptually explore the complex production processes of real estate space from a capitalist perspective, examining their impacts on the urban spatial configuration. The methodology involved a bibliographical survey of scientific journals. It is concluded that real estate speculation, together with the logic of capital reproduction, leads to fragmentation, segregation and unequal appropriation of urban space. Such dynamics are evident in several global metropolises, particularly in developing countries, where a "perverse logic in the formation of urban space" (SOUZA, 2005) is observed, including the Brazilian context.

Keywords: Capitalism, Real Estate, Segregation.

Resumen: A lo largo de la historia, el sistema capitalista ha buscado constantemente ampliar sus márgenes de beneficio. En este contexto, la producción espacial en las ciudades se ha convertido en una mercancía. Esta lógica inmobiliaria capitalista resulta en una pronunciada fragmentación y segregación espacial. El objetivo de este artículo es explorar conceptualmente los complejos procesos de producción del espacio inmobiliario desde una perspectiva capitalista, examinando sus impactos en la configuración espacial urbana. La metodología implicó un levantamiento bibliográfico de

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA). Professor da rede Pública e particular do Estado de Sergipe.

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará –PPGEO/UFPA. Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará. Líder do grupo de Pesquisa GMAPA/ UFPA.

revistas científicas. Se concluye que la especulación inmobiliaria, junto con la lógica de reproducción del capital, conduce a la fragmentación, segregación y apropiación desigual del espacio urbano. Dichas dinámicas son evidentes en varias metrópolis globales, particularmente en los países en desarrollo, donde se observa una "lógica perversa en la formación del espacio urbano" (SOUZA, 2005), incluido el contexto brasileño.

Palabras clave: Capitalismo, Bienes Raíces, Segregación.

INTRODUÇÃO

O capitalismo, em sua essência, é movido pela busca incessante de expansão. Para compreender as múltiplas facetas deste sistema econômico, Mészáros (2011) sugere a incorporação da discussão sobre como as necessidades humanas são subordinadas à reprodução do valor de troca, um fator que potencializa a multiplicação do capital e caracteriza fundamentalmente o sistema desde seu início.

No contexto atual, a compreensão do capital implica o reconhecimento de que o lucro derivado das atividades produtivas é predominantemente originado na esfera financeira, que domina a fase contemporânea do capitalismo global. Montenegro (2005) destaca o papel central do capital financeiro nos processos de valorização e acumulação capitalista.

Internacionalmente, o desenvolvimento do capitalismo transformou-o num mundo de mercadorias. Marx (2013) afirma que a riqueza das sociedades capitalistas se apresenta como uma imensa coleção de mercadorias, de tal forma que a força de trabalho humano é também tratada como uma mercadoria, atribuindo-se um valor monetário a ela.

Aglietta (1982) discorre sobre o processo de acumulação de capital, destacando que ele se desdobra por meio de duas transformações essenciais: a primeira diz respeito à dinamização da expropriação da mais-valia e a segunda à condição necessária de prover ao trabalhador uma renda, ainda que esta seja ilusória e desproporcional ao trabalho efetivamente realizado, pois é através dessa mecânica que se permite e promove o consumo.

O presente artigo tem como objetivo explorar conceitualmente os complexos processos de produção do espaço imobiliário sob a ótica capitalista, examinando seus impactos na configuração espacial urbana. Assim, busca-se compreender como o sistema capitalista, junto a bancos e agentes imobiliários, manipula o espaço urbano para maximizar sua lucratividade, transformando o solo urbano em mercadorias essenciais para a expansão do capital.

A metodologia adotada para este estudo consistiu em uma revisão bibliográfica de artigos em periódicos científicos indexados em plataformas que possuem qualificação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os termos mais

buscados foram "financeirização urbana", "agentes imobiliários" e "produção do espaço urbano". Adicionalmente, foram consultadas obras de autores de referência no campo, como Chesnais (1996), Harvey (2002) e Marx (2013).

As conclusões apontam que a especulação imobiliária, inserida na lógica de reprodução do capital, resulta em fragmentação, segregação e uma apropriação desigual do espaço urbano. Essa dinâmica é evidente em diversas cidades ao redor do mundo, sendo particularmente intensa em países em desenvolvimento, onde se observa uma "lógica perversa de formação do espaço urbano" que contribui para crises e vulnerabilidades sociais, políticas, econômicas e ambientais. Portanto, conclui-se que a produção do espaço, ao invés de refletir uma dinâmica natural de ocupação social, é cada vez mais impulsionada e moldada por agentes que promovem a segregação e a desigualdade espacial.

VALOR DE USO E DE TROCA DO ESPAÇO IMOBILIÁRIO URBANO: SEGREGADO E DESIGUAL

No contexto do capitalismo financeiro contemporâneo, Chesnais (1996) argumenta que os trabalhadores assalariados enfrentam o pesado fardo da precariedade dos contratos de trabalho e dos baixos salários. Segundo esse panorama, as diversas estruturas sociais, aliadas às dinâmicas econômicas variáveis, influenciam o processo de acumulação capitalista. Este processo busca constantemente aumentar seu valor por meio da exploração do trabalho assalariado, que é convertido em mais-valia, conforme destaca Arienti (2006, p. 54).

A liberalização do comércio exterior e dos movimentos de capitais permitiram impor, às classes operárias dos países capitalistas avançados, a flexibilização do trabalho e o rebaixamento dos salários. A tendência é para o alinhamento nas condições mais desfavoráveis aos assalariados (CHESNAIS, 1996, p. 40).

As mercadorias possuem valor de uso e valor de troca, características definidas pela demanda de consumo. Marx explica que o substrato da riqueza provém dos valores de uso, independentemente de seu impacto social (2013). Assim, entende-se que as mercadorias originalmente destinavam-se a satisfazer desejos e necessidades humanas, caracterizadas como valor de uso, enquanto aquelas produzidas com o objetivo de fomentar o consumo são vistas como detentoras de valor de troca.

No sistema capitalista, a busca pelo lucro através da exploração do trabalho excedente é um objetivo constante. A mercadoria, então, adquire valor de troca, cujo valor é determinado pelo trabalho nela investido, ou seja, pela intensificação da exploração da força

de trabalho. Marx clarifica essa dinâmica ao afirmar que o valor do produto está materializado no trabalho humano abstrato (2013, p.116).

Por sua vez, Montenegro (2005) esclarece que Chesnais (1996) não descarta a ideia marxista de que o trabalho humano é a base material da sociedade capitalista. Expõe também que a valorização atualmente percebida pelo capital financeiro, que circula intensamente no fechado circuito financeiro, origina-se no setor produtivo industrial, onde os rendimentos são gerados na produção e no intercâmbio (2005, p. 06).

Mészáros (2011) é enfático ao afirmar que o sistema capitalista orientou a transformação da produção de riqueza, que inicialmente visava a finalidade da humanidade, para a produção de mercadorias de consumo excessivo, transformando assim o valor de uso em valor de troca. Este movimento demonstra como o capital segue os intrincados caminhos da produção e reprodução potencializados pelo valor de troca. A perspectiva de Marx é clara ao ressaltar a necessidade de que a mercadoria com valor de troca seja consumida, adquirindo assim um valor de uso, e enfatiza que nada pode ser valor sem ser objeto de uso (2013, p. 119), sem despertar interesse, necessidade, desejo ou status social.

Toda mercadoria produzida deve intrinsecamente possuir valor de uso para o homem, como alimentos em uma feira, roupas em uma loja ou uma casa à venda. É o valor de uso atribuído pelo homem que possibilitará o consumo efetivo da mercadoria.

O sistema capitalista depende do ciclo de reprodução para se sustentar, necessitando de produção, distribuição, circulação e consumo. No início deste processo estão a produção e o consumo, e sua conclusão está ancorada no processo de obtenção de lucratividade.

A produção aparece assim como o ponto de partida; o consumo, como o ponto final; a distribuição e a troca, como o meio-termo, o qual, por sua vez, é ele próprio dúplice, uma vez que a distribuição é o momento determinado pela sociedade e a troca, o momento determinado pelos indivíduos (MARX, 2011, p. 62).

Assim, existe uma conexão intrínseca entre produção e consumo, pois o processo de produção é iniciado com base na demanda por mercadorias que serão consumidas. É crucial destacar que o consumo é vigorosamente perseguido nesse ciclo. O pagamento de salários à classe trabalhadora é essencial, não só como um mecanismo de expropriação para manter a riqueza nas mãos dos proprietários dos meios de produção – os capitalistas –, mas também como meio de garantir recursos para um grupo potencial de consumidores que sustenta o ciclo de produção e reprodução da acumulação de capital burguês.

Mészáros (2011) aborda um debate em que afirma que é impossível separar a produção do consumo. No entanto, ele também aponta que a aparente coesão entre esses elementos, em certo momento histórico, tornou-se profundamente problemática (p. 102), culminando em crises dentro do sistema capitalista.

A classe trabalhadora é assimilada à dinâmica de consumidores, subordinada aos capitalistas e manipulada pelo sistema. De acordo com Mészáros (2011), há uma relação subversiva entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva, reduzindo o homem e seu trabalho a um estado desumanizado, meramente visto como um elemento material da produção (p. 611).

A reprodução do capital é o fundamento principal na produção e o homem enquanto trabalhador a mercadoria básica para o funcionamento do processo produtivo. O trabalhador expropriado de sua natureza e relegado ao ganho para o mero sustento de sua necessidade primeira, a sobrevivência (SANTOS, 2022, sem página).

Mészáros (2011) argumenta que a transformação estrutural no ciclo de reprodução capitalista, derivada da mudança radical da produção tradicional para um consumo destrutivo, desempenhou um papel fundamental na reconfiguração do capitalismo após os anos 1970, uma época marcada por diversas crises. Andrade (2018) adiciona que o consumo de mercadorias se manifesta de duas formas (p. 34), uma delas é o valor de uso para o ser humano, mas ressalta que certas mercadorias também são consumidas, mesmo que não sejam essenciais para a sobrevivência humana.

Mészáros também observa que o consumo e a destruição são vistos como equivalentes funcionais dentro do perverso processo de "realização" capitalista (2011, p. 679). Isso levanta a questão sobre se prevalecerá o consumo humano baseado nas necessidades reais ou um consumo que serve à autorreprodução do capital. Para ele, essa última forma de consumo acelerou a velocidade de produção e consumo, expandindo o ciclo reprodutivo do capital. A esta dinâmica somam-se a obsolescência planejada e a crescente ideologia de luxo, que aceleram o consumo de maneira frenética.

Para Mészáros (2011), o capital define o que é "útil" e "utilidade" em termos de vendabilidade (p. 659), atendendo às necessidades de consumo criadas, focando na expansão contínua de seu poder de lucratividade.

A produção e o consumo destrutivos são vistos como necessários para enfrentar a crise, que, segundo Andrade (2018), é resultado da própria estrutura contraditória do capital. Contudo, Mészáros salienta que a crise estrutural não está apenas na esfera socioeconômica,

mas afeta toda a sociedade, definindo-a como uma crise de "dominação em geral" (2011, p. 800).

Apesar da crise estrutural, o capital continua a se reproduzir, com Mészáros (2011) identificando duas condições cruciais para a continuidade do sistema de produção e consumo capitalista. A primeira é o crescimento constante do consumo, vinculado à ideia de que a expansão da força de trabalho absorva a produção disponível. A segunda condição é que uma força de trabalho reduzida nos países capitalistas desenvolvidos deve sustentar uma demanda de consumo que acompanhe a expansão do capital, ligada ao avanço tecnológico.

Assim, a produção destrutiva e a taxa decrescente de utilização do valor de uso são táticas principais para controlar a crise, permitindo a autor reprodução do capital, inerentemente contraditória. Mészáros (2011) destaca a intervenção necessária do Estado, que promove o consumo destrutivo e apoia as mobilizações da classe trabalhadora contra a expropriação abusiva de sua força de trabalho pelo sistema capitalista.

Estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em todos os planos da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental (MÉSZÁROS, 2011, p. 700).

Sem a atuação contínua do Estado em favor dos capitalistas, seria inviável sustentar o sistema capitalista moderno. Este sistema é impulsionado pela exploração da classe trabalhadora, que é manipulada tanto como despojada do excedente de valor que produz, quanto como consumidora das mercadorias, essencial para o êxito do ciclo produtivo do capital.

Contudo, Marx (2011) apresenta uma crítica incisiva a esta dinâmica de consumo, argumentando que a apropriação dos objetos pelo trabalho manifesta-se como uma alienação tão profunda que, quanto mais o trabalhador produz, mais se afasta da possibilidade de possuir esses objetos. Assim, ele se torna submisso ao seu próprio produto, o capital. Quanto mais o trabalhador se esforça e aumenta a produção, mais os objetos que ele produz se valorizam e mais empobrecida se torna sua vida interior, restando apenas a hipertrofia de sua alienação (SANTOS, 2022).

O trabalhador, com suas aspirações, desejos e necessidades, se transforma em um capital vivo. Contudo, ele é obrigado a reprimir seus interesses, tornando-se um objeto, e o valor de seu trabalho é determinado pela lógica da oferta e demanda, reduzindo sua existência física a mero estoque de mercadoria. Santos (2022) destaca que a relação inversa entre salários e os juros sobre o capital é evidenciada pela estratégia dos capitalistas de aumentar seus lucros através da redução dos salários (SANTOS, 2022, sem número de página).

FINANCEIRIZAÇÃO CAPITALISTA E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

O mais valor presente no capital portador de juros representa o processo de expropriação do trabalho humano. Desta forma, o juro proveniente do capital que não é reutilizado no emprego do processo produtivo é transmutado para a esfera financeira, passando a dotar-se de maior flexibilidade e fluidez no processo de ampliação do capital, mediante a cobrança de juros, proveniente de realização de atividades financeiras como os empréstimos.

No início, o dinheiro se converteu em meios de produção, o processo produtivo transforma-o em mercadoria, sobre a égide do sistema essa mercadoria é metamorfoseada em produto a ser vendido, que retorna a sua face inicial, o dinheiro, esse dinheiro retorna ampliado para as mãos dos donos dos meios de produção, os capitalistas. Marx, esclarece diferença entre o acúmulo de capital descrito anteriormente e o capital produtor de juros, expõe que neste último, “a cessão e o retorno resultam exclusivamente de uma transação jurídica entre o proprietário do capital e outra pessoa. Apenas vemos cessão e restituição. Desaparece tudo o que se passa de permeio” (MARX, 2008, p. 456).

Destarte, o dinheiro é responsável pela produção do lucro, e uma vez transformado em capital o valor de uso reverbera em sua reprodução e multiplicação, sem necessariamente precisar passar pelo processo produtivo. Corroborando com isso, Marx (2008), afirma que é, “dinheiro produzindo lucro, seu valor de uso consiste agora justamente no lucro que produz uma vez transformado em capital” (2008, p. 453-454). Interpretando Marx, sua ideia revela que o capital portador de juros é um empréstimo, que ao decorrer algum tempo irá retornar como lucro, devido a inserção dos juros sobre o capital emprestado. Desta maneira, Andrade (2018), expõe que seria um mecanismo em que o dinheiro gera mais dinheiro.

Quando consideramos o processo capitalista de produção em sua totalidade e unidade – e na qual é dinheiro que gera dinheiro, a ele passa a incorporar-se agora pura e simplesmente, sem o movimento mediador, como característica e vocação próprias. E é nessa qualidade que é alienado, quando emprestado como capital-dinheiro (MARX, 2008, p. 460).

Andrade (2018) parafraseando Marx, revela que o capital portador de juros não seria apenas dinheiro que por natureza geraria mais recurso capital sem transitar pela esfera da produção. Seria segundo a mesma, “juros de uma parte do mais valor que é extraído do sobre trabalho humano” (ANDRADE, 2018, p. 38). Tecendo esse debate Lima (2015), contempla

a ideia de que o capital financeiro apresenta uma dupla determinação, pois é dinheiro que no transcurso da valorização, se destina ao processo produtivo de mais-valor e ao mesmo tempo seria capital fictício, pois permite a duplicidade de riqueza social sem que haja a garantia de reserva de ouro, ações cambiais ou lastro.

O capital portador de juros para Marx (2008), tornar-se mercadoria devido à valorização dos empréstimos na esfera financeira. Porém é interessante compreender que quando Marx realizou seus estudos, o capital proveniente de juros existente no sistema econômico ocupava uma posição mais centralizada. O sistema financeiro internacional era incipiente, não permitindo um aprofundamento das transformações deste no final do século XX. É notório, também a compreensão que na atualidade o capital portador de juros passou a delinear as atividades econômicas globais, passando a ser o centro das relações econômicas capitalistas.

Belluzzo (2013), explica que a internacionalização do capital financeiro iniciado a partir da década de 1960, oportunizou-se com o resgate das dívidas existentes dos países de Terceiro Mundo, sendo essa dívida força motriz para a capitalização financeira internacional. Desta maneira, o autor supracitado esclarece que a securitização das dívidas avançou e assentiu a “desregulamentação” dos mercados, efetivando no cenário global a mundialização do Capital financeiro (CHESNAIS, 1996).

Para Harvey (2014), o capital monetário intercede na circulação do capital industrial de duas maneiras: a primeira refere-se ao início e na conclusão do circuito do capital, para ele o capital financeiro se fortalece através da oferta e da demanda de mercadorias. O proprietário do capital financeiro, empresta dinheiro aos empreiteiros para a construção e melhorias de infraestrutura de imóveis e logo após, possibilita a ampliação de mercado através da especulação desses imóveis para seus compradores, concebendo empréstimos. Afirma que,

Desse modo, o capital monetário facilita tanto a oferta como a demanda de mercadorias. É fácil ver que isso pode se tornar um circuito fechado (uma bolha de ativos, digamos, na produção e realização de imóveis). Esse é o ponto em que a taxa de juro e a taxa de lucro se interseccionam e interagem de maneira extremamente significativa e, muito frequentemente, especulativa (HARVEY, 2014, p. 173).

Para Braga (1997) o capital portador de juros significa o produto central do capital enquanto propriedade, expressa que o mesmo está condicionalmente conectado a acumulação que se origina através do circuito dinheiro-mercadoria-lucro. O capital de juros, provém das atividades industriais ou comerciais, dos abastados banqueiros, dos donos de terras, dos diversos investimentos institucionais, das poupanças pessoais. O juro sobre o

dinheiro passa a ser a expressão plena do capital enquanto pura propriedade, enquanto mercadoria, enquanto ativo monetário empresarial, cujo objetivo final não é meramente “a troca de mercadorias por mercadorias, mas sim o circuito dinheiro-mercadoria-mais dinheiro” (BRAGA, 1997, p. 223).

O boom do circuito dinheiro-mercadoria-mais dinheiro descrito por Braga (1997), converteu-se em princípio no processo de financeirização da economia capitalista da década de 1960. Pode-se evidenciar tal característica devido ao crescente deslocamento espacial do capital, que adentra sem fronteira a novos e promissores mercados, almejando a conquista de novos consumidores. Consolida-se, portanto, a convulsividade acumulativa desfreada a partir da apropriação da riqueza sem obediência e limites, meramente pautada na conquista e efetivação da multiplicação do dinheiro. Andrade (2018), expõe que o dinheiro passa a ser visto e contemplado como o “Deus do Mercado”, e enobrece os seus possuidores. Cabe a esses concentrar o dinheiro, efetivando a insustentabilidade da sua repartição social.

A conquista de novos mercados, a incorporação de novos consumidores e a expansão da força de trabalho a taxas de exploração variável, são forças imanentes da concorrência capitalista. Suas contradições são expressas concretamente em termos de deslocamentos econômicos sociais e políticos, que geram crises periódicas do sistema (BELLUZZO, 2013, p. 112).

O espaço de acumulação do capital advém do capital portador de juros. O dinheiro que gera mais dinheiro domina a atual fase capitalista, pois comporta e absorvem capital das diversas formas possíveis, interagem e lapidam diferentes espaços globais e diferentes pessoas no seu processo de acumulação. Está aí a faceta do dinheiro que gera dinheiro, a apropriação do capital através da expropriação do mais-valor e do consumo substancializado. Andrade (2018, p.39), explica que a acumulação de capital é resultante do “crédito consignado, dívidas públicas e privadas, financiamento habitacional e dívidas nos cartões de crédito tão necessárias para que o consumo se efetive, sobretudo em períodos de crise”.

As inovações financeiras contemporâneas, segundo Braga (1997) e Harvey (2014), vêm permitindo alterações substanciais nas propriedades econômicas, sobre o prisma da macroestrutura financeira, e fez emergir poupanças das mais variadas origens, de ordem familiar e empresarial e dívidas privadas e públicas, fomentando a sua operação com um alto índice de liberdade e alocação. Chesnais (1996), comenta que a inserção do progresso técnico permitiu a ampliação da acumulação produtiva e da própria manutenção das pesquisas técnico-científicas atuais, corroborando com Marx, ao entender que essas inovações emergem contradições e distorções econômicas planetária. Assim, Marx (1968, v. III, p. 419),

afirma que, “o crédito desenvolve a dissolução do regime de produção, transformando-o num sistema de jogo e especulação”.

Andrade (2018) e Chesnais (1996), relatam sobre período da crise do sistema capitalista, conhecido como “trinta anos gloriosos do capital”, foi com essa crise que surge um novo regime de acumulação, expressamente embasada na esfera do capital financeiro, no qual, os sistemas de inovação financeiras foram condição ímpar para a superação da rigidez geral, assim como a crise temporal, geográfica e fortemente política em que o sistema fordista de produção mergulhou no final da década de 1960 (HARVEY, 1992).

Harvey (1992) expressa que as décadas de 70 e 80 foi período instável de reestruturação econômica e de reordenamento político e social. O desencaixe no espaço social, fruto das diversas oscilações e incertezas, forçou a criação de novas formas no processo de organização industrial e no modo de vida social e política. Andrade (2018), expõe que *essas* “experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta” (2018, p. 40).

A década de 70 foi palco de uma reorganização no processo produtivo, houve alterações nas formas de trabalho, nos mercados e no sistema de organização capitalista como um todo. Esse período foi marcado pela busca de meandros que permitissem novos e vindouros processos de acumulação de capital, portanto houve a necessidade da comunhão entre tecnologia e novas formas de aquisição do dinheiro, surge a necessidade de uma acumulação flexível, mundialização e concentradora.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (ANDRADE, 2018, p. 40).

A acumulação flexível é embriagada pelos desiguais padrões de desenvolvimento, necessita de rápidas mudanças, essas alterações ocorrem entre setores como nas diferentes regiões geográficas, oportunizando uma macrocefalia urbana e efêmera massa dos trabalhadores ocupando o setor de serviços. Ela contempla o chamado “Compressão do espaço tempo” presente no sistema capitalista, refere-se ao estreitamento da tomada de decisões privadas e públicas, pois a inserção dos meios de tecnologias de transportes e

comunicação possibilitaram a maior difusão e rapidez dessas decisões num espaço cada dia mais amplo e diverso (HARVEY, 1992; SILVA 2013).

Quanto ao espaço, ele também se adapta à nova era. Atualizar-se é sinônimo de adotar os componentes que fazem de uma determinada fração do território o lócus de atividades de produção e de troca de alto nível e por isso consideradas mundiais. Esses lugares são espaços hegemônicos, onde se instalam as forças que regulam a ação em outros lugares (SANTOS, 1994, p.13)

O surgimento de novos setores produtivos é entendido por Harvey (1992) como aspecto importante do surgimento e efetividade da acumulação flexível, assim como facilitador de novas formas e atributos de serviços financeiros, marcados pelo dinamismo e fluidez dos atuais processos de trabalho e consumo. Desde modo, Silva (2013) e Mészáros (2011) parafraseando Harvey, comenta que o recente regime de acumulação do capitalismo é desenhado por dois pontos principais: o primeiro, refere-se à flexibilidade dos processos de trabalho, ou seja, os novos descaminhos do sistema que amplia exploração da força de trabalho; e a ampliação do domínio nas mãos dos detentores do poder financeiro.

Enquanto Harvey (1992), entendia que as décadas de 1970 e 1980 referenciava a reestruturação dos processos produtivos, políticos, espacial e social, o pesquisador Chesnais (1996), entende que a década de 1960 foi o período em que teve início o processo de mundialização financeira, período em que as taxas de câmbio se tornaram flexíveis e manipuladora do sistema financeiro internacional.

Chesnais (1996) afirma que o processo de mundialização se inicia a partir da década de 1960, e como citado acima, é resultante da flexibilização das taxas de câmbio. Para esse entendimento o autor destaca três etapas que direcionam o entendimento da hegemonia das finanças da mundialização na atualidade: a primeira refere-se ao período dos “Trinta anos gloriosos”, que destituiu o câmbio fixo. Neste período houve a revogação do acordo de Bretton Woods, que findou tornando as taxas de câmbio flexíveis, e fortemente marcada pela instabilidade. A segunda fase de mundialização (1979-1981), se consolida com a ascensão da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher ao poder e quando Paul Volcker assume a reserva federal estadunidense, esses dois agentes públicos fomentaram o sistema atual de finanças, liberalizado e mundializado (ANDRADE, 2018; BELLUZZO, 2013; CHESNAIS, 1996).

As políticas desenvolvidas a partir de 1979, abriu externamente os sistemas financeiros nacionais, houve também o amplo movimento de desregulamentação monetária e financeira. A partir de 1990 o mundo passou a assistir à entrada dos mercados emergentes

no sistema financeiro da mundialização, consolidando-se enquanto os novos mercados financeiros, a exemplo os países da Ásia.

O ponto central da obra de Chesnais é demonstrar o funcionamento da esfera financeira e como esse permite a geração de dinheiro promovido pelos juros e transação financeira. Afirmar que apesar do colapso de Betton Woods, a inserção da mundialização financeira tornou mais flexível as taxas de câmbio, porém é imperativo ao afirmar que foi as medidas de liberalização e de desregulamentação realizadas entre os anos de 1979-1981 que permitiu o florescer do sistema de finança mundializada que conhecemos na contemporaneidade (CHESNAIS, 2005).

Agora, o capital está à vontade para pôr em concorrência as diferenças no preço da força de trabalho entre um país – e, se for o caso, uma parte do mundo – e outro. Para isso, o capital concentrado pode atuar, seja pela via de investimento, seja pela da terceirização (CHENNAIS, 1996, p. 28).

As políticas de liberalização e desregulamentação, praticada no cenário estadunidense, fez com que esse país se tornasse o coadjuvante do sistema do capital que se valoriza sob a forma de finanças. Portanto,

“Os Estados Unidos são a sede principal do capital que se valoriza sob a forma de dinheiro; ao mesmo tempo, se tornaram tanto o ponto do qual partem todos os mecanismos que caracterizam o regime da acumulação mundializada” (CHESNAIS, 1998, p. 08).

As políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização econômica, são responsáveis pelo rápido crescimento e domínio do capital financeiro internacional. Chesnais (1996), clareia que grandes corporações multinacionais superaram rapidamente os entraves e freios impostos a sua expansão devido as políticas anunciadas no início do parágrafo, as mesmas permitiram que as multinacionais se expandissem e ampliassem o seu poder de exploração dos recursos econômicos, naturais e humanos. Desde modo, Andrade (2018) enfatiza que,

as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, como também, o papel da dívida pública introduzidas nos países do Terceiro Mundo facilitaram a expansão da dominância da acumulação financeira no mundo capitalista (2018, p. 42).

As bases da dívida do Terceiro Mundo foram lançadas e, com elas, um mecanismo de transferência de recursos que possui a capacidade de se reproduzir no tempo [...]. Independentemente de seu contexto histórico específico, a dívida pública sempre teve por origem as relações de classe e o poder político que permitem os ricos escaparem amplamente, ou mesmo quase completamente, dos impostos.

[...] A dívida se recria sem cessar [...]. Os juros devidos sobre o principal da dívida (o serviço da dívida) absorvem uma fração sempre maior do orçamento do Estado, das receitas das exportações e das reservas do país, de sorte que a única maneira de fazer face aos compromissos do serviço da dívida é tomar um novo empréstimo (CHESNAIS, 2005, p. 39).

A dívidas oriundas de empréstimos tomados pelos países subdesenvolvidos passaram a condicionar ajuste estrutural de modelagem de política e interesse dos mais desenvolvidos. A dívida subordinou politicamente o mundo periférico que passaram a ser dominados economicamente e politicamente por países centrais. A centralidade das dívidas públicas existindo processo de acumulação financeira auxiliou a inserção das políticas de privatização nos países emergentes, deste modo, as nações submissas as dívidas públicas e internacional, foram condicionadas a adotarem/incorporarem de modo preeminente a acumulação financeira de capital (CHESNAIS, 2005). Obedecendo interesse político e econômico deslanchados pelas nações ou instituições que possuem ou deliberam empréstimos para o mundo em desenvolvimento.

Portanto, na situação em que os títulos da dívida pública representam aproximadamente um terço dos ativos financeiros mundiais, em que parcela expressiva foi emitida pelos Estados Unidos da América, os mercados anseiam que os governos injetem uma política correspondente às prioridades essenciais dos credores. Portanto, a subordinação de mercado e governo é aplicado, pois, “quando os governos se mostram tentados a se afastar dessa via, “os mercados”, isto é, os grandes detentores de títulos de dívida, se encarregam de lembrá-los de que não devem fazê-lo” (CHESNAIS, 1998, p. 268).

Os fundos de pensão, para Chesnais (2005), possui um importante papel na formulação do processo de hegemonia da esfera financeira. Esses fundos são resultantes do cálculo realizado dos valores salariais recebidos pelo trabalhador em sua vida profissional, o seu objetivo é garantir ao mesmo o acesso regular e estável de uma pensão quando estiverem aposentados. Na prática o fundo de pensão significa a aplicabilidade da poupança de um trabalhador por instituições que visam multiplicar o capital utilizando esse capital inserido no regime previdenciário das empresas.

Nas mãos dos gestores, a poupança acumulada se transforma em capital. Essa mutação coloca os fundos de pensão na primeira linha das instituições financeiras não bancárias, sendo sua função fazer frutificar esse capital maximizando o rendimento, assegurando-lhe um elevado grau de liquidez [...]. Os assalariados aposentados deixam de ser “poupadores” e tornam-se, sem que tenham clara consciência disso, parte interessada das

instituições cujo funcionamento repousa na centralização de rendimentos fundados na exploração dos assalariados ativos, tanto nos países onde se criaram os sistemas de pensão por capitalização quanto naqueles onde se realizam as aplicações e as especulações (CHESNAIS, 2005, p. 51 – 52).

O ponto chave do movimento mundialização da economia é a esfera financeira, é nele em que ocorre as operações do capital em seus diferentes montantes. A esfera financeira se nutre da riqueza criada pelo movimento de investimento proveniente da exploração de força de trabalho. Os capitais postos pelos operadores financeiros para valorizar, nasceram em sua primeira ordem no setor produtivo e com o passar do tempo, esses diferentes ativos oportunizaram rendimentos que se consolidaram na produção e intercâmbio de bens e serviços.

Uma parcela desses rendimentos – hoje em dia, uma parcela elevada – é captada ou canalizada em benefício da esfera financeira, e transferida para esta. Só depois dessa transferência é que podem se dá, dentro do campo fechado da esfera financeira, vários processos, em boa parte fictícios, de valorização que fazem inchar ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros (CHESNAIS, 1998, p.15).

A explicação do capitalismo financeiro dada por Chesnais (2005) esclarece que o lucro é extraído de investimentos e juros adquiridos por meios das diversas transações financeiras que ocorre de modo bastante móvel e acelerada, também enfatiza que esse capital financeiro se nutre da esfera financeira derivada, da liberação de empréstimo e das aplicações financeiras no espaço global. A esfera financeira alimenta-se do lucro proveniente dos investimentos e pela mobilização de uma força de trabalho de diferentes níveis de qualificação. Ela não é a responsável por criar, apenas tornou-se o palco onde se joga um jogo de soma zero, onde existe apenas um ganhador, ou em outras palavras, alguém sai ganhando no circuito fechado do sistema e o outro saiu perdendo (CHESNAIS, 1996).

O domínio do capital financeiro no sistema capitalista contemporâneo perpassa por três dimensões: A primeira diz respeito a presença da autonomia relativa da esfera financeira frente à produção, porém seguindo a conchava das instituições intervencionistas das autoridades monetárias, sendo, portanto, uma autonomia vigiada, segundo interesse e aptidão da política pensada e orquestrada pelos grandes “barões” das instituições do sistema financeiro internacional. A segunda revela o poder de persuasão fetichista dos valores criados pelos mercados financeiros e o terceiro, sobre o papel dos operadores de crédito no delineamento financeiro da mundialização, escolhendo o potencial agente econômico, dos mais variados países e quais transações esses poderão participar (Chesnais, 2005). Chesnais,

é enfático que o mundo contemporâneo sobre a engrenagem capitalista apresenta uma compleição particular, o objetivo de o capital é especular, ou seja, “fazer dinheiro” sem necessariamente sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebíveis de ações e título, lucratividade proveniente de uma especulação bem orquestrada e exitosa (CHESNAIS, 1996; ANDRADE, 2018).

Chesnais (1996, p. 42) expõe que, o “uso da terra, bem como todos os recursos naturais renováveis ou não, foi submetido ainda mais estreitamente às leis do mercado e do lucro capitalista”. O sistema capitalista tornou ambiente até então hostil em área produtora, os dilemas e dificuldades climáticas foram adaptadas pelo uso de tecnologia e passaram a ocupar espaço de produção, firmando o grande objetivo do sistema que é a produtividade. Mas é importante visualizar que apesar do crescente processo de produção agrícola, parcela significativa da população mundial não possuem acesso a alimentos e passam fome. O sistema capitalista moldou inclusive a outorga da municipalização do solo/terreno urbano que outrora era socializado. Os terrenos urbanos passam a ser objeto de especulação desenfreada, consolidado neste espaço uma massa de pessoas sem direito de acesso a um lar, isto ocorre tanto em países subdesenvolvidos como nos de economia desenvolvida.

Para Harvey (1992), a autonomia frente a produção adquirida pelo sistema financeiro alcançou dimensões sem precedentes na história do sistema capitalista, conduzindo-o a uma era de riscos financeiro, igualmente atípico. A hegemonia do sistema financeiro diante da produção é resultante da acumulação flexível que foi potencializado devido a flexibilização dos processos de trabalho e dos mercados, acomodando o papel da importância do “lucro extraído da produção, sendo as finanças com seus empréstimos e transações capazes de multiplicar o lucro que continua a ser retirado da produção” (ANDRADE, 2018, p. 45).

Mészáros (2011), esclarece que com a acumulação flexível o sistema financeiro tornou-se dominador frente ao capital produtivo, no entanto, o aumento das finanças somente foi possível devido a flexibilização dos processos de trabalho e mercado, como já exposto, reitera-se o papel principal do lucro fruto do processo de expropriação da produção, sendo as finanças com a suas transações e seus empréstimos, sementes dispersoras da multiplicação do lucro, que continua sendo subtraído da produção.

Harvey (1992), afirma que o capitalismo com o processo de acumulação flexível vem se transfigurando enquanto um sistema, “cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo” (p. 150). Deste modo, a resposta para a saída da

crise e a gênese de um novo dinamismo de acumulação foi direcionar respostas flexíveis nos mercados de trabalho e uma maior e eficaz mobilidade geográfica, perpassando por um reordenamento do sistema financeiro global de dinheiro e crédito.

A formação de um mercado de ações global, mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito (HARVEY, 1992, p. 152).

A estruturação do sistema financeiro passou a possuir uma complexidade específica que as transações financeiras passaram dos grandes bancos ao crédito e trabalho (Andrade, 2018). A estrutura do sistema financeiro possibilita a rápida circulação de capital, fazendo com que a mesma atingisse até os lugares mais longínquos do globo, efetivando neste processo de mobilização e aquisição de diferentes mercados a acumulação do capital a partir de capital fictício. Deste modo, é possível compreender que o sistema financeiro global atingiu uma complexidade, em que o torna inclusive abstrato para grande parte da população.

Harvey (1992), explica que o entendimento das funções do sistema financeiro, coligadas com as funções distintas como bancos, serviços financeiros, corretoras, financiamentos habitacionais, crédito ao consumidor, tornou-se cada vez mais fácil e plausível para grande parte da população, concomitantemente houve a especulação fictícia no tempo presente, florescendo novos mercados futuros de mercadorias, de ações, de moedas ou de dívidas, efetivando o fazer dinheiro no modelo capitalista do sistema financeiro.

Esse “espantoso” mundo das altas finanças envolve uma variedade igualmente espantosa de atividades entrelaçadas, em que os bancos tomam maciços empréstimos de curto prazo uns dos outros, as companhias de seguro e fundos de pensão reúnem tal quantidade de fundos de investimento que terminam por funcionar como “formadores de mercado” dominantes, enquanto o capital industrial, mercantil e imobiliário se integram de tal maneira às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e terminam os interesses estritamente financeiros (HARVEY, 1992).

O capital financeiro é tão eficaz que consegue abarcar, tanto financiamentos e oferta de empréstimos para as atividades industriais, como oferece crédito ao consumidor, em alguns casos para trabalhadores que estão desprovidos de um trabalho formal, objetivando o aumentar o seu poder de compra no mercado consumidor, quanto para financiar sua moradia, assim, “a acumulação flexível evidentemente procura o capital financeiro”

(HARVEY, 1992, p. 154). Portanto, pode enfatizar que flexibilização do trabalho e dos mercados oriundos do capital financeiro, moldou a acumulação do capital em um terreno fortemente assinalado pela exploração do trabalhador. Corroborando com Harvey ao que concerne à exploração laboral e intelectual do trabalhador, Andrade, afirma que “Nesse contexto, é na produção que a riqueza no sistema capitalista é criada, mediante exploração das horas de trabalho não paga à classe trabalhadora” (2018, p 46).

Na visão de Chesnais (2005), a acumulação financeira deve ser entendida enquanto a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de renda não consumida, que possui o propósito valorizá-los sob o modelo de aplicação em ativos financeiros, como por exemplo as ações na bolsa de valores, divisas e obrigações, “mantendo os fora da produção de bens e serviços” (2005, p.37).

O processo de acumulação financeira usa a riqueza e a deposita no mercado das finanças, deste modo possibilita a aquisição de mais dinheiro a partir de juros e transações financeiras existe no circuito fechado do capital, a riqueza, portanto é gerada a partir da relação ganho e perda. Chesnais defende que a geração de lucro resulta da esfera de produção, porém defende a ideia de que a esfera financeira possui uma autonomia comparando-se à esfera da produção (1996, 2005).

Na visão de Harvey (1992), a esfera produtiva possui importância singular no processo de reprodução capitalista, delinear que a mobilidade e flexibilização do trabalho foram imprescindíveis para o enfrentamento da crise e a superação da mesma na década de 1970. Expondo que a busca pelo entendimento da flexibilidade da reprodução capitalista, historicamente apresenta-se enquanto espacial e temporal.

Vasta são as contribuições das pesquisas realizadas por Chesnais (1996, 2005) e Harvey (1992). Ambos discutiram em suas pesquisas a compreensão dos meandros do sistema capitalistas no período pós crise da década de 1990, a contribuição deixada para o entendimento desse processo é que o capital financeiro passa incondicionalmente a dominar a atual fase capitalista. Porém alguns entraves entre o pensamento deles também coexistem, o exemplo mais claro é que para Harvey (1992), o surgimento de um novo regime de acumulação deriva da acumulação flexível, e esparsa globalmente, o processo de expropriação e apropriação na produção são requisitos fundamentais para que o processo de acumulação capitalista fosse retomado durante a década de 1970. Já o pesquisador Chesnais (1996, 2005), por ser economista de formação, apresenta um debate conectando à acumulação capitalista e como essa, se consolidou hegemônica, Chesnais (2005) expõe portando a natureza da acumulação capitalista no capitalismo.

CONSIDERAÇÕES:

É fundamental reconhecer que o modelo de urbanização capitaneado pelos interesses do capital financeiro não apenas remodela o espaço físico das cidades, mas redefine também a estrutura social. Este processo não é neutro; ele carrega implicações profundas que afetam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar das comunidades mais vulneráveis. A valorização imobiliária impulsionada pelo capital não é apenas uma questão de desenvolvimento urbano, mas também uma de deslocamento e exclusão social.

Os ciclos de investimento e desenvolvimento favorecem uma dinâmica onde apenas os economicamente privilegiados podem se beneficiar plenamente dos frutos do desenvolvimento urbano. Isso resulta em uma cidade segregada, onde o acesso a serviços básicos, qualidade de vida e oportunidades são distribuídos de maneira desigual. Mais do que nunca, é necessário um debate amplo e participativo sobre o papel do planejamento urbano e as políticas habitacionais, de modo que possam ser priorizadas as necessidades reais dos cidadãos em detrimento das expectativas de rentabilidade econômica.

Além disso, a intervenção do Estado se faz essencial para moderar as forças do mercado e garantir que o crescimento das cidades seja inclusivo e sustentável. Políticas públicas que promovam a equidade no acesso à habitação, que regulem o mercado de solo urbano e que assegurem investimentos em infraestrutura em todas as regiões são vitais para construir cidades verdadeiramente para todos. Sem isso, o risco é de perpetuar um ciclo de exclusão e desigualdade que compromete a coesão social e a própria sustentabilidade urbana no longo prazo.

Portanto, é crucial que a sociedade civil, governos e instituições repensem e reestruturem as práticas de desenvolvimento urbano, colocando as pessoas e o ambiente no centro das decisões. Somente assim será possível construir futuros urbanos mais justos e resilientes, onde o desenvolvimento e a vida digna não sejam privilégios de uma minoria, mas direitos acessíveis a todos.

REFERÊNCIAS:

AGLIETTA, M.; ORLEÁN, A. **A violência da moeda**. São Paulo: Brasiliense, 1982. Introdução à segunda edição.

ANDRADE, Vanilza Costa. **Programa Minha Casa, Minha Vida: financeirização da política habitacional e relações patrimonialistas em Sergipe**. 2018, 212 f. (Tese de Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

ARIENTI, Wagner Leal. **Teorias da regulação capitalista, objeto e método:** além do economicismo, estruturalismo e funcionalismo. Textos de Economia, v. 9, p. 38-60, 2006.

BELLUZZO, L.G. **O capital e suas metamorfoses.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BRAGA, José Carlos de Souza. **Financeirização global** – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luiz. **Pode e dinheiro: uma economia política da globalização.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **Capital portador de juros:** acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005.

HARVEY, David. **Para entender o capital:** livros II e III. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 1ed. São Paulo: Loyola, 1992.

LIMA, F. P. A. **Da categoria força de trabalho: retornar a Marx para entender as formas contemporâneas do trabalho.** In: COLÓQUIO MARX ENGELS, 1., 1999, Campinas. **Anais ...** Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011. MARX, K. **O capital,** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTENEGRO, Cristiano Vieira. **Mundialização e capital financeiro:** a perspectiva de François Chenais. In: Jornada Internacional de políticas públicas, II, 2005, São Luís-Maranhão. **Anais [...]** São Luís: UFMA, 2005. p. 01-07.

SANTOS, Flávio Reis dos. **Trabalhador:** a mercadoria viva do capitalismo nos manuscritos de paris. Disponível em <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/sociologia/trabalhadormercadoria-viva-capitalismo-nos-manuscritos-.htm>, acesso: 17/08/2022.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico-científico-informacional.**

1994. Disponível em <http://geocrocetti.com/msantos/tecnica.pdf>, acesso: 27/07/2022.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS. **A natureza do espaço:** técnica, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.c

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções do território.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Vânia da. **A financeirização na produção do espaço urbano**. Encontro de geógrafos da América Latina. Anais do 14º EGEIL: Reencuentro de saberes territoriales latino-americanos, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopers de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In:

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Submetido em: abril de 2024

Aceito em: julho de 2024